



MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO

Estado do Paraná

PARECER PREGOEIRA

IMPUGNANTE : **HARGER SANDES & ROSSI**
PREGÃO ELETRÔNICO N.º : **72/2023**
ASSUNTO : **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

1 RETROSPECTO

Trata-se de Impugnação formalizada pela empresa **HARGER SANDES & ROSSI** em relação ao Pregão Eletrônico n.º 72/2023, cujo objeto é Aquisição de um veículo novo, zero km, tipo SUV, para utilização pelo Departamento Beltronense de trânsito – DEBETRAN.

A impugnante questiona quanto ao descritivo das características técnicas do veículo, mais especificamente quanto ao tamanho do porta malas.

Previamente à avaliação da admissibilidade da impugnação, esta Pregoeira encaminhou o pedido à área técnica da Secretaria Municipal responsável pela elaboração do termo de referência que apresentou parecer técnico a respeito dos questionamentos.

Em síntese, é o relatório.

2 JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE

De acordo com o art. 23, § 1º, 2º e 3º do Decreto Municipal nº 251/2021, qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital até o terceiro dia útil anteriores a abertura da sessão pública:

Art. 24. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

§ 1º A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contado do data de recebimento da impugnação.

§ 2º A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

§ 3º Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.

Preliminarmente há que se esclarecer que a referida impugnação não tem efeito de recurso, portanto não há que se falar em suspensão das etapas do certame, tampouco sua remessa a autoridade superior, tem a Pregoeira nesta fase processual, todos os poderes para averiguação de quaisquer contestações que se façam ao texto editalício, decidindo sobre cada caso, conforme determina o art. 16 do Decreto Municipal nº 251/2021.



MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO

Estado do Paraná

A impugnação foi enviada em 17 de maio de 2023, sendo que a sessão pública está marcada para o dia 23 de maio de 2023, conforme Aviso de Licitação, o que denota a sua **tempestividade**.

No mais, a impugnação foi apresentada por parte legítima e interessada, endereçada à autoridade competente e devidamente fundamentada.

Superado o juízo de admissibilidade, passa-se ao exame do mérito.

3 DAS RAZÕES DA IMPUGNAÇÃO

Alega a Impugnante “*que é de notório conhecimento que, no mercado, 05 (cinco) veículos possuem especificações similares acima mencionadas, como os modelos CITROEN/C4 CACTUS, PEUGEOT/2008, CHEVROLET/TRACKER, JEEP/RENEGADE e HYUNDAI/CRETA. Entretanto, a exigência de que o veículo possua no mínimo 430L de porta-malas limita a participação de diversos SUV’s da categoria, evidenciando-se, dessa forma, a existência de requisitos que violam a legalidade do presente certame e cujo a permanência acarretará um processo administrativo nulo de todo o direito*”.

4 DA MANIFESTAÇÃO DA ÁREA TÉCNICA

Em resposta ao pedido de impugnação, a área técnica da Secretaria Municipal responsável pela elaboração do termo de referência manifestou-se em seu parecer anexo pela permanência das especificações, conforme conclusão transcrita a seguir:

Trata-se de pedido de impugnação interposta por HARGER SANDES & ROSSI Advocacia & Consultoria ao Edital do Pregão Eletrônico nº 072/2023.

A impugnante questiona sobre as exigências previstas no edital quanto ao descritivo das características técnicas do veículo (Anexo-I), solicitando que seja feita revisão do descritivo do item exposto de modo a ser removida a exigência de que o veículo possua no mínimo 430 litros de porta malas a qual restringe e frustra o caráter competitivo do certame, por estar em desacordo com o objeto que se pretende adquirir.

ITEM:

1.5.7 Capacidade do Porta Malas (Litros) - Mínimo 385 litros, sem rebater bancos traseiros.

Salientamos que o Departamento Beltronense de Trânsito realiza fiscalização e operação de trânsito, sendo estas pertinentes às funções do órgão.

Conforme Código de Trânsito Brasileiro (CTB), Lei 9.503/2007, em seu anexo 01:

FISCALIZAÇÃO - ato de controlar o cumprimento das normas estabelecidas na legislação de trânsito, por meio do poder de polícia administrativa de trânsito, no âmbito de circunscrição dos órgãos e entidades executivos de trânsito e de acordo com as competências definidas neste Código.

OPERAÇÃO DE TRÂNSITO - monitoramento técnico baseado nos conceitos de Engenharia de Tráfego, das condições de fluidez, de estacionamento e parada na via, de forma a reduzir as interferências tais como veículos quebrados, acidentados, estacionados



MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO

Estado do Paraná

irregularmente atrapalhando o trânsito, prestando socorros imediatos e informações aos pedestres e condutores.

1.5.7 - CAPACIDADE DE PORTA MALAS (LITROS) COM MÍNIMO DE 430 LITROS SEM REBATER OS BANCOS TRASEIROS – se torna necessário mantermos a presente descrição nesta condição, devido aos itens operacionais que integram a rotina dos servidores públicos municipais, os quais exercem funções junto a vias públicas, cito: bloqueios, fiscalização, atendimento a sinistros de trânsito, controle de tráfego entre outras. Para todas as demandas acima citadas, o servidor em diversas ocorrências necessita manter-se no local de execução, tornando-se obrigatório ter equipamentos suficientes para a excelência da sua função, assim como para garantia da segurança de todos. Os equipamentos referem-se a cones, cavaletes com especificações conforme Manual Brasileiro de sinalização, peças semaforicas, ferramentas, material educativo, entre outros.

Salientamos que é possível identificar empresas no mercado que possuem condições de atender ao estabelecido, exemplo Hyundai Creta; Nissan Kicks; Honda HR-V; Renault Duster.

Diante do exposto não há que se falar em direcionamento ou restrição de competitividade, haja vista que a redução no tamanho do porta-malas dos veículos, ainda que aparentemente pequena, pode causar transtornos e impossibilitar a plena execução das suas funções de fiscalização e operação.

5 DAS CONSIDERAÇÕES DA PREGOEIRA

É cediço que a Administração Pública deve obediência aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, entre uma série de outros que marcam o regime jurídico administrativo. Conforme disciplinado no A. 37. XXI da nossa Carta Maior:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

XXI -ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que a segure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Um dos mais importantes é o Princípio da Isonomia, que vem para assegurar um tratamento igualitário a todos os licitantes com vistas a ampliar o rol de interessados e obter, assim, a proposta mais vantajosa a administração pública. Esse princípio vem estabelecido no art. 3º da Lei nº 8.666/93. a saber:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da



MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO

Estado do Paraná

legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

É mister salientar que a Lei nº 8.666/93 seu art. 3º. Caput, tratou de conceituar licitação em conformidade com os conceitos doutrinários estabelecendo os princípios do julgamento objetivo e igualdade como estritamente relevantes no julgamento das propostas:

"A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos."

Assim, com base nos esclarecimentos técnicos acima transcritos, vê-se que o presente Edital não viola o princípio da isonomia, pois não estabelece descrição desvinculada do objeto da licitação, não prevê exigência desnecessária e não impõe requisitos desproporcionais e, também, não adota discriminação ofensiva dos valores constitucionais ou legais e, dessa forma, não há razões para alteração do edital.

6 CONCLUSÃO

Deste modo, com fulcro no que fora acima ponderado, CONHEÇO o pedido de Impugnação, posto que tempestivo, e, no mérito, por não restar violado nenhum princípio da administração, quiçá alguma norma jurídica, julgo IMPROCEDENTE a Impugnação, mantendo inalterados os termos do Edital.

É o parecer, submetido à honrosa apreciação de Vossa Senhoria.

Francisco Beltrão/PR, 19 de maio de 2023.

SAMANTHA PÉCOITS
PREGOEIRA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 47/2022.